

Movimentos Sociais e Educação no Brasil

Maria da Glória Gohn

Preliminares: As lutas e organizações a partir de 1970

Este texto objetiva apresentar um panorama das lutas e movimentos pela educação no Brasil, sob dois aspectos. No primeiro, faz-se um mapeamento histórico das lutas e movimentos pela educação, formal e não formal no Brasil, pós- 1970. No segundo, focaliza-se um dos sujeitos da educação os profissionais da escola básica, atuando via sindical ou não. No mapeamento histórico das lutas e movimentos pela educação no Brasil destaca-se principalmente a luta dos professores e de outros profissionais da educação da rede pública ocorridas em São Paulo, de acordo com momentos da conjuntura política brasileira.

Os anos 1970 deixaram tristes registros na história brasileira: ditadura militar, prisões e perseguições políticas, arrocho salarial, tecnocracia estatal no planejamento etc. No entanto, foi também um

período de resistência e construção das bases para a redemocratização: retomada da organização sindical, surgimento de movimentos de comunidades de base (CEBs) nos bairros, movimento pela Anistia, reorganização partidária e criação de movimentos sociais que vieram a ser marcos no processo constituinte dos anos 1980. Tudo isso delineou um cenário de lutas em que a área da educação esteve presente tanto no campo não formal (no aprendizado político que a participação nas CEBs e movimentos sociais geraram) quanto a no campo formal (pela expansão do ensino, especialmente o ensino superior, e nas lutas das associações docentes de todos os níveis). Logo no início da década, em 1971, promulgou-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, destinada à educação básica. Os efeitos da nova institucionalidade fizeram-se sentir na reorganização do movimento docente.

Em 1973, ocorre a transformação da Associação dos Professores do Ensino Oficial Secundário e Normal do Estado de São Paulo (APENOESP) para Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) (ver Vianna, 1999 e Gomes, 2003). Claudia Vianna (1999), ao pesquisar sobre a APEOESP, registra que as formas de representação coletiva dos professores paulistas sofreram muitas transformações até chegar ao modelo APEOESP, lembrando que os estudos de Catani (1989) localizou, já em 1902, a presença de organização com objetivo de defesa dos interesses dos professores, a Associação Beneficente do Professorado Público em São Paulo, que funcionou até 1919, quando foi fundada a Liga do Professorado Católico, vinculada à Cúria Metropolitana. A Liga, nos anos 30 engajou-se no debate entre católicos e os defensores do ideário escola novista. Em 1931 a Liga foi incorporada ao Centro do Professorado Paulista (CPP). A Confederação dos Professores Primários do Brasil, criada em 1960, deu origem em 1980 a Confederação dos Professores do Brasil, a CPB (que só teve densidade nacional após a Constituição de 88) (ver Lugli, 1997 e Vicentini, 1997).

Novas organizações surgem nos anos 1970, tais como o Movimento de União dos Professores (MUP), em 1976. É interessante que a impossibilidade de formar sindicatos na área dos funcionários públicos, naquela época, levou à formação de vários grupos e tendências dentro do MUP. Pelo menos três se destacaram: – uma de origem trotkista, a Organização Socialista Internacionalista (OSI)- que deu origem ao jornal *O Trabalho*, a tendência estudantil Liberdade e Luta (Libelu), e o Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP) que passou a se organizar pela base, em núcleos nas escolas. Essas tendências nada mais eram do que reflexo do movimento mais geral dos trabalhadores que, naquele momento, debatia-se sobre as formas de organização do sindicalismo de resistência do ABC (Municípios paulistas de Santo André (A), São Bernardo (B) e São Caetano do Sul (C)), e os grupos das Comissões de Fábrica do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e outras categorias, ou seja, na segunda metade dos anos 1970, a organização dos professores aproxima-se da dos trabalhadores, deixando de ser específica da categoria para ampliar seu escopo, não apenas incluindo outros profissionais da educação, mas também se articulando com as correntes sindicais que vieram a dar origem, nos anos 1980, à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e, posteriormente, à Força Sindical e outras centrais. Nos anos 2000, lideranças do movimento dos professores da época se transformaram em ministros de estado.

O crescimento do papel do Estado na economia, durante os anos do “milagre” e do império da tecnocracia, teve como uma das consequências o aumento do número dos funcionários públicos. Embora a expansão tenha sido maior nos anos 1980, quando o Estado absorveu grandes contingentes de trabalhadores dispensados da indústria e de outros ramos na crise de 1981-1983, o final dos anos 1970 correspondeu à rearticulação daquela categoria de forma nova. A novidade ficou a cargo das alterações estruturais, na então escola pública de 1º e de 2º graus, criando uma escola massificada com

grande número de funcionários, ou no ensino superior, também ampliado e massificado, dando origem às associações de docentes, de funcionários etc. (Romaneli, 1988). O novo sindicalismo do ABC Paulista influenciou as associações dos docentes e os profissionais da área da saúde.

Outro movimento social importante que surgiu na década de 70 foi o Movimento de Lutas por Creches em São Paulo e em Belo Horizonte, criados em 1979. A origem destes movimentos também foi influenciada por fatores estruturais e conjunturais. No estrutural destacam-se: o empobrecimento das camadas populares e a necessidade de as mulheres trabalharem fora de suas próprias casas, para completar o orçamento doméstico; no conjuntural destacam-se: a organização das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, a influência do Movimento Feminista e do Movimento da Anistia. Na cidade de São Paulo a Luta pela Creche pressionou o estado, por meio de ações da Prefeitura Municipal, a expandir a rede de creches públicas, então com quatro unidades apenas (1977), para um plano de 500 unidades (1979).

No plano da educação no meio rural, não se pode deixar de registrar no fim dos anos 70, a criação de movimentos no campo que vieram dar origem ao MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Vários registros históricos assinalam um evento de 1979 em Santa Catarina como o início desse movimento no Brasil. De peculiar destacam-se, nos acampamentos dos Sem-Terra, as escolas para os filhos dos ocupantes, em que se procura fazer uma releitura dos ensinamentos prescritos pelos órgãos educacionais brasileiros, segundo a ótica dos sem terra. Destaca-se também a Cartilha de Formação das Lideranças dos sem-terra (vide Caldart, 1997). Registrem-se ainda as escolas de formação de lideranças, com destaque para a Escola Nacional Florestan Fernandes. .

Finalmente, ainda nos anos 1970, na área da educação, destacam-se a atuação de algumas entidades, a exemplo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em suas reuniões de

1976 a 1980, que representaram momentos de resistência ao regime militar e de contribuição à luta pela redemocratização do País, e a criação de entidades nacionais de pesquisa na área da Pós-Graduação que se implantara no Brasil, de forma mais estruturada, nos anos de 1970. Como exemplos é possível citar a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) em 1977, e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 1976. Em 1978, foi criada a Associação Nacional de Educação (ANDE). Entidades voltadas à pesquisa, como o Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desempenharam papel importante na articulação com a ANPED e a ANDE na organização das Conferências Brasileira de Educação (CBE).

As Lutas pela educação na década de 1980

Em 1981 ocorreu a fundação da ANDES-Associação Nacional de Professores do Ensino Superior, nascida da união das Associações Docentes das universidades, principalmente públicas e comunitárias. O ano de 1984 entrou para a história do Brasil como o grande ano “da virada”, de total esgotamento do regime militar, com o movimento das “Diretas Já” (vide Sader, 1988). No entanto, ele teve vários antecedentes, entre os quais, a luta dos professores. No início dos anos 80, com a crise econômica e o desemprego, ficou famosa a ação do movimento dos professores por derrubarem as grades do Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, em uma de suas manifestações. Em 1987 formou-se o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública que teve um papel decisivo no processo constituinte e na elaboração dos artigos relativos à Educação na Carta Constitucional de 88. O lançamento do Fórum foi acompanhado de um manifesto em defesa da escola pública e gratuita. O Fórum demandou um projeto de educação mais amplo e que não se limitasse apenas às reformas no sistema esco-

lar. A descentralização administrativa passou a ser uma das demandas básicas no campo das políticas públicas (Hevia e Nunes, 1989)

Em 1988 foi lançado nacionalmente o Movimento em Defesa da Escola Pública que, em parte representou, na área da educação, a retomada de movimentos ocorridos nos anos 30 pelos Pioneiros da Educação e nos anos 50 pelos intelectuais nacionalistas do período (Fernandes, 1966). Esse movimento surgiu da articulação em torno da Constituinte, em seu capítulo da Educação, e se fez necessário ante a exigência constitucional de elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Composto basicamente de intelectuais das universidades e de entidades ou de representantes de diversas categorias do magistério, o movimento logrou o apoio de 25 entidades da sociedade civil para a defesa de seu projeto básico. Após oito anos de luta de lobbies e pressões junto aos parlamentares de Brasília, obteve-se a aprovação de um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional.

Com a nova Constituição Federal de 88 os funcionários públicos adquiriram o direito de se sindicalizarem. A APEOESP transforma-se em sindicato. Em 1989 ocorre a criação da CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. Esta entidade surgiu a partir da união da CPB-Confederação dos Trabalhadores do Brasil com a FENASE-Federação Nacional dos Supervisores de Ensino e a FENOE- Federação Nacional de Orientadores Educacionais e a coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público. A CNT articulou-se à CUT.

A luta popular por creches continuou nos anos 1980, de forma diferente. Ela é um exemplo do caráter educativo que as ações coletivas representam para seus participantes. De início, a reivindicação básica era a de creches diretas, construídas e mantidas pelo poder público. A centralidade da luta era atender a mãe, por não ter onde deixar seus filhos para trabalhar. Com o passar dos anos essa luta perdeu o caráter mobilizatório e a radicalidade inicial, pois várias militantes dos movimentos foram contratadas para trabalhar

nas próprias creches. Para essas mães, as questões básicas passaram a ser suas condições de trabalho nas novas unidades de prestação de serviços à população. Entretanto, a alteração nas ênfases das políticas públicas, nos primeiros anos da década de 80, de não priorizar as creches diretas, em razão de seus altos custos, e a retomada da política dos convênios com entidades filantrópicas e outras, levou ao ressurgimento de outro movimento social, o das creches conveniadas. Houve também um deslocamento do foco central do movimento de creches quanto à reivindicação, antes centrada na figura da mãe, passando para a figura da criança. Essa mudança explica o caráter educativo dado aos equipamentos e o tratamento que as creches, do ponto de vista da educação, passaram a dar à educação infantil de 0 a 6 anos, que deixou de ser um simples problema assistencial, como foi tratada nos anos 1960 e 1970 (ver Gohn, 1985 e 2012c).

As lutas educativas nos anos 1990

Durante os anos 1990, o cenário sociopolítico se transformou radicalmente. Inicialmente, ocorreu um declínio das manifestações nas ruas que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades, nos anos 1980. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal: o regime militar. Na realidade, a partir de 1990 surgiram outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como a constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Educação, pela Moradia, pela Reforma Urbana; Nacional de Participação Popular etc. Esses fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Nesse novo cenário, foram firmadas várias parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do orçamento participativo, a política de Renda Mínima, bolsa/es-

cola etc., criando formas de participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos (ver Gohn, 2011 a).

Ética na Política foi um movimento ocorrido no início dos anos 1990 e teve grande importância histórica porque contribuiu, decisivamente, para a deposição, por meio do processo democrático, de um Presidente da República por atos de corrupção — fato até então inédito no país; além disso, colaborou à época, para o ressurgimento do movimento dos estudantes com novo perfil de atuação, os “cara-pintadas”. Eles expressaram a retomada do movimento estudantil no Brasil, de forma nova, alegre, descontraída. À moda dos índios, com seus gritos de guerra, os “cara-pintadas” fez escola e tornaram-se um estilo de fazer política (mais detalhes, ver Gohn, 2011 b).

À medida que as políticas neoliberais avançaram, foram despontando outros movimentos sociais, tais como a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário. Algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas à crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados. Grupos de mulheres foram organizados nos anos 1990, em razão de sua atuação na política, para criar redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. O mesmo ocorreu com o movimento afrodescendente que, além das manifestações culturais, passou a lutar contra a discriminação racial. Os jovens também geraram vários movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protesto, a exemplo dos anos 60 (ver Ridenti, 2000). Serão os jovens e os afrodescendentes as categorias principais focalizadas nas políticas educativas denominadas de inclusão social. Cotas para os afro e cursos de inclusão digital para jovens tornaram-se rotinas nas escolas públicas.

Devem-se destacar outros três outros movimentos sociais importantes no Brasil, nos anos 1990: dos indígenas, dos funcionários públicos — especialmente das áreas da educação e da saúde— e dos ecologistas. O dos índios cresceu em número e em organização nessa década quando passaram a lutar pela demarcação de suas terras e

pela venda de seus produtos a preços justos e em mercados competitivos, após terem obtido uma grande vitória na área da educação: a de serem alfabetizados em suas próprias línguas. Essas conquistas, entretanto, têm gerado novos problemas. Os professores índios Maxakalis, de Minas Gerais, por exemplo, passaram a receber salários, o que resultou numa desorganização do grupo, pois eles cultivavam os próprios alimentos e passaram a pagar para outros o seu alimento. A merenda escolar quando chega é distribuída para todos, e não apenas aos escolares, pois eles são uma sociedade sem hierarquia, com relações de reciprocidade. O *kit* escolar também gerou conflitos, assim como o fato de as escolas serem fora das aldeias (vide Oliveira, 2006). Observa-se que no atendimento de demandas, não se respeitou a cultura dos Maxakalis. O mesmo pacote “urbano” foi implantado; no entanto, os índios ressignificaram as práticas.

Os ecologistas proliferaram após a conferência ECO 92, dando origem a muitas Organizações Não-Governamentais (ONGs). Aliás, tais organizações passaram a ter muito mais importância nos anos 1990 do que os próprios movimentos sociais. Trata-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 1980 com os movimentos populares, tanto que são inscritas no universo do Terceiro Setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas em que a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente, como na educação e saúde, para clientela como meninos e meninas que vivem nas ruas, mulheres com baixa renda, catadores e recicladores de papéis etc. A nova LDB de 1996, ao incluir temas novos, como os transversais, deu espaço à articulação, no currículo das escolas, entre práticas sociais e o ensino, e a questão do meio ambiente ganhou destaque.

Os sindicatos na área da educação básica, de uma maneira geral, alteraram muito lentamente suas práticas, apesar de terem crescido numericamente. No fim dos anos 1990, a CNT congregava mais de 30 entidades estaduais e abrangia cerca de dois milhões de trabalhadores, dos quais seiscentos mil sindicalizados (vide Gadotti, 1998 e 1999). Ações para intervir efetivamente em espaços e

fóruns institucionalizados, a exemplo dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos da Alimentação Escolar e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), foram poucas. Em geral, as atribuições dos conselhos têm sido vistas pelos sindicatos dos professores como políticas para desonerar o Estado de sua obrigação com as áreas sociais; iniciativas para privatizar a educação por meio da transferência de suas responsabilidades, principalmente de ordem financeira, para a própria comunidade administrar a 'miséria' ou criar/tomar iniciativas para resolver os problemas utilizando-se de parcerias, doações, trabalho voluntário etc. Também não creem na possibilidade de os conselhos serem canais da sociedade civil para intervir na gestão pública por meio de parcerias com o Estado, objetivando a formulação e o controle de políticas sociais.

As reformas governamentais que, progressivamente, retiraram direitos sociais, reestruturaram as profissões e arrocharam os salários em nome da necessidade dos ajustes fiscais, gerando reações na área da educação (ver Gentili, 1995; e Souza e Santana, 1999). Houve diversas mobilizações e greves contra as várias etapas da Reforma da Previdência dos funcionários do setor público. Na universidade pública, os sindicatos e associações docentes não conseguiram contestar as políticas neoliberais, e as reformas foram promulgadas. A expansão do ensino superior privado, em que a organização docente é débil, contribuiu para o enfraquecimento das lutas no setor universitário.

Para muitos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como um movimento social. No passado, esse trabalho de educação focalizava bastante o processo de alfabetização, e a educação popular também era utilizada como terminologia para indicar esse processo em espaços alternativos, com métodos alternativos ou a pedagogia freiriana voltada para a educação. O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) é também um dos exemplos de um movimento que foi estimulado por políticas públicas implementadas em parceria com a comunidade organizada e assessoria de ONGs.

Um movimento social que data do século XX e ainda persiste em alguns Estados, no Brasil, é o das escolas comunitárias. A seguir, far-se-á uma longa citação retirada da tese de doutorado de Monica Rodrigues Costa, defendida na Universidade Federal de Pernambuco, em 2006, pelo fato de exemplificar a vitalidade desse movimento na atualidade. Monica afirma:

O Movimento das Escolas Comunitárias tem uma origem antiga. O seu surgimento em Recife data de 1942, sob a denominação de “escolas da comunidade”, em razão de um elevado crescimento populacional no período, sendo a oferta de serviços insuficiente para atender a demanda. Estas escolas se espalharam por todo o país. Ao longo dos anos 1980 as “escolas da comunidade” voltam a se estabelecer, basicamente em função do mesmo motivo: o sistema público oficial não consegue absorver as crianças e adolescentes de todas as comunidades, especialmente as periféricas. Seu objetivo não é apenas ser incluyente, mas desenvolver um trabalho pedagógico que assume a realidade das comunidades como parte do processo ensino-aprendizagem, tendo a experiência das pessoas como base de uma ação transformadora. Em 1986 o movimento das Escolas Comunitárias cria a AEEC, para politizar o debate educativo e lutar pelo reconhecimento das escolas comunitárias como espaço educativo e pela garantia de funcionamento, via acesso a recursos públicos.

A partir dos anos 1990, o movimento prioriza o investimento na qualificação de sua prática, no reconhecimento de seu trabalho pelo Estado, e se afirma como organização que atua no campo da Educação Popular, construindo uma identidade entre as diversas experiências pedagógicas que as escolas comunitárias desenvolvem.

Esta opção político-pedagógica se constitui na partilha de valores sociais e culturais, construindo uma relação entre o senso crítico, a criatividade, a melhoria das condições de vida e do processo ensino-aprendizagem. Aos jovens e adolescentes em início de vida profissional oportuniza o acesso à experiência de trabalho, em geral voluntária, que possibilite outros engajamentos: econômico, político e social (Costa, 2006, p. 12-13 e 14).

Entre 1968 e 2000, os estudantes universitários atuaram e entrevistaram muitas vezes na cena pública política mais geral, tais como nos anos 1960-70, resistindo contra o regime militar (Semeraro, 1994); em 1984, nas “Diretas Já”, e nos anos 1990, como os alegres “Cara-Pintadas”.

As Lutas pela educação no Novo Milênio

No novo milênio, o movimento universitário (ME) volta à cena pública, protagonizando outras lutas que articulam questões específicas de seu cotidiano com questões éticas da sociedade brasileira. As primeiras manifestações se refletem nas condições de infraestrutura das universidades: falta de professores, salas, equipamentos, refeitórios e qualidade da comida, bibliotecas desatualizadas; a eterna luta sobre o valor das mensalidades —no caso das instituições particulares; aceitação das carteirinhas da União Nacional dos Estudantes (UNE) em cinemas, teatros etc. As questões éticas, na pauta estudantil desde a era Collor com os “Caras Pintadas”, tiveram seu ápice em 2008 com a ocupação da Universidade de Brasília (UnB) e a luta pela saída do então reitor, amplamente denunciado na mídia por gastos pessoais ou exagerados com o dinheiro público dos “cartões corporativos”, novo instrumento de viabilização de práticas clientelísticas e ilegais. A greve nas universidades públicas paulistas em 2009, com a ocupação do campus da USP por forças policiais, seguida que confrontos - fato que não ocorria desde os anos 60, é outro registro que aponta para a retomada do movimento dos estudantes.

Questões específicas também têm entrado na pauta das demandas estudantis no Brasil de forma nova, agora articuladas com as políticas nacionais. A questão das cotas para afrodescendentes, populações indígenas e de baixa renda, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e outras políticas denominadas como de “inclusão social” vão mobilizar categorias específicas, em lutas contraditórias no movimento como um todo.

Os estudantes têm participado ativamente dos encontros do Fórum Social Mundial (FSM). As publicações, análises, materiais visuais e relatos das edições do FSM que ocorreram em Porto Alegre, por exemplo, atestam esse engajamento. A política partidária continuou a ter grande influência na UNE, liderada por mais de uma década por lideranças estudantis ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 2007, durante o 50º Congresso da UNE, uma mulher foi eleita presidente da entidade, a quarta a dirigir a entidade, que já tem quase 70 anos de existência um fato histórico relevante na perspectiva da análise de gênero. A nova presidente era aluna de uma instituição particular e filiada ao PC do B. Foi a 10ª Presidente filiada ao PC do B que, desde 1981, controla a entidade.

Nos dez primeiros anos do novo século, os programas PROUNI e o REUNI, do governo federal, são responsáveis pela expansão do ensino superior e inclusão de estudantes de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social. Eles respondem às demandas feitas há décadas por grupos e setores populares organizados, constituindo-se em espaço de articulação de várias demandas e lutas pela educação, institucionalizadas.

No campo da educação, no século XXI, entraram em cena novíssimos sujeitos sociopolíticos e culturais, muitos deles institucionais, como as fundações e entidades do Terceiro Setor. Essas entidades foram estimuladas pelas novas diretrizes governamentais, tanto nacionais quanto internacionais, e pelo suporte jurídico que obtiveram no fim dos anos 1990 com a Lei do Voluntariado, ou do Terceiro Setor – que gerou a regulamentação de novas regras para parceria público-privada. Foram estimuladas também pela criação de novos fundos e projetos de apoio e à articulação das entidades da sociedade civil e pelas redes públicas de escolas do ensino básico, assim como novos Fóruns, Conferências Nacionais e pelo Plano Nacional da Educação. Outros estímulos vieram também das linhas de projetos/programas lançadas por entidades de apoio à pesquisa acadêmica. Como se observará a seguir, alguns desses sujeitos passam a falar e a

reivindicar o nome de “movimento social” para suas ações. De fato, o conjunto das entidades, associações ou movimentos, passaram a atuar em redes, a exemplo das análises de Castells (1996).

O “Compromisso Todos pela Educação” é um exemplo dos novos movimentos sociais na área da educação neste novo milênio patrocinado por entidades privadas e representantes do Terceiro Setor. Ele é uma coalização de pessoas do mundo empresarial e/ou das elites empresariais tais como G. Gerdau, J. Roberto Marinho, ou executivos de grandes bancos e personalidades do Terceiro Setor já com destacada atuação no campo da educação como Viviane Senna, Milu Vilela, Ana Dinis, Norberto Pascoal etc.; além do Instituto Ethos, o GIFE, apoio da UNESCO. A proposta é no sentido de fazer da Educação uma ferramenta básica para o próprio desenvolvimento do país, pressionando o governo para que ela se torne a principal política pública. A proposta é focalizar a rede pública da escola básica. Quando o Compromisso foi lançado, cinco metas básicas foram propostas para serem atingidas, até 2022.

Movimentos sociais já existentes no século XX também se reorganizaram neste novo século, a exemplo da Campanha Nacional de Direitos da Educação-CNDE, que teve sua origem em de 1999, no contexto preparatório da Cúpula Mundial de Educação no Senegal (Dakar/2000). Na ocasião, um grupo de organizações da sociedade civil brasileira lançou a Campanha, com a meta de contribuir para a efetivação dos “direitos educacionais garantidos na Constituição, por meio de ampla mobilização social, de forma a que todos tenham acesso a uma escola pública de qualidade”. A Campanha surge justamente no momento que a educação passa a ser eixo central no discurso das reformas de estado e, ao mesmo tempo, em que se atribui à Educação um papel estratégico no novo modelo de desenvolvimento articulado pelas políticas da globalização. A Campanha alinha-se em rede com 120 instituições, movimentos ou redes internacionais, a exemplo da Campanha Global.

A Campanha possui um Comitê Diretivo e Comitês Estaduais em treze estados brasileiros. Com uma coordenação localizada em

São Paulo, ela realiza anualmente uma Assembleia Geral e se submete à Avaliação Técnica e à Auditoria Externa, desenvolvida por consultorias especializadas. As seguintes entidades compõem a Campanha: Ação Educativa, Action Aid, Centro de defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, CEDECA, Centro de Cultura Luiz Freire, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação- CNTE Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra-MST, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação-UNCME.

Considerações finais: os desafios do novo milênio

As lutas e movimentos pela educação, apesar de serem antigos, às vezes, são invisíveis para a maioria da população, tanto que só recentemente ganharam visibilidade na mídia. Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo (Gohn, 2012a e 2012d). Usualmente, os sindicatos dos professores e o movimento dos estudantes são os protagonistas que entram em cena com maior frequência. As demandas são históricas, pois acompanharam o processo e o modelo de desenvolvimento do País, quase sempre voltadas para os interesses da categoria profissional, mas as reivindicações ajudaram a construir as agendas de políticas públicas.

A educação, de um modo geral, e a escola, de forma específica, tem sido lembrada como uma das possibilidades de espaço civilizatório numa era de violência, medo e descrença (Touraine, 1994; Gohn, 2012a). A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada, e as lutas pela educação, o alicerce dessa nova história. A participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra seu dever: o de propiciar educação de e com qualidade para todos.

Bibliografia

- APEOESP. *Suplemento Especial. Jornal da APEOESP*. São Paulo, set. 1997.
- _____. Reforma educacional e reforma do estado. *Suplemento Especial. Jornal da APEOESP*. São Paulo, fev./mar. 1999.
- CALDART, R. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CASTELLS, M. *The raise of the network society*. Oxford, Blackwell. 1996
- CATANI, D. B. *Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo (1902-1919)*. São Paulo, Tese de Doutorado em, FEUSP, 1989
- COSTA, M. R. Experiências emancipatórias: alternativas políticas e políticas alternativas dos movimentos sociais no Nordeste. Tese. (Doutorado em Serviço Social)-Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- FERNANDES, F. *Educação e sociedade no Brasil*, S. Paulo: Dominus, 1966.
- GADOTTI, M. *Sindicalismo e educação no Brasil: a visão dos líderes sindicais*. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 1998.
- _____. *Estado e sindicalismo docente no Brasil: 20 anos de conflitos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1999.
- GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da exclusão*. 3a.ed.Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOHN, M. G. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo, Cortez Ed., 2013a
- _____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. 5ª ed, Petrópolis, Vozes, 2013b
- _____. *Teorias dos Movimentos Sociais-Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10ª Ed. São Paulo, Loyola, 2012b.
- _____. *Movimentos Sociais e Educação*, 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2012 c
- _____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4ª ed., São Paulo: Loyola, 2012 d.
- _____. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. 4ª ed., São Paulo, Cortez Ed., 2011a
- _____. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2011b.
- _____. *Educação Não-Formal e cultura política*. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2011c
- _____. *Educação não formal e o educador social*. São Paulo, Cortez Ed. 2010.
- _____. *A Força da Periferia- A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1985

- GOMES, M. S.S. O Movimento dos Professores no Estado de São Paulo, Univ. Metodista SP, Dissertação (Mestrado em Educação), 2003.
- HEVIA, R. e NUNES, I. "Crisis en la relación centralismo descentralización educacional en América Latina" in. *Sindicalismo docente, estado y educación en América Latina*. Santiago do Chile, PIIE, 1989
- LUGLI, R. S.G. Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores; 1964-1990. São Paulo. Dissertação de Mestrado em 1997, FE-USP
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro*, Rio, Record, 2000.
- ROMANELLI, O. O *História da educação no Brasil- 1930-1973*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1988
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SEMERARO, G. *A primavera dos anos 60*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.
- SOUZA, D.B.; SANTANA, M.A.; e DELIUZ, N. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Quartet, 1999
- OLIVEIRA, L. M. A iconografia como desdobramento da concepção de mundo da comunidade Maxakali. *Congresso e Simpósio Internacional Pedagogia Social*, São Paulo, USP, 2006.
- TOURAINE, Alain. *Crítica à modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- VIANA, C. *Os Nós do "nós"-Crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.
- VICENTINI, P. P. Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério(1930-1964). São Paulo. Dissertação de Mestrado em Educação, FE-USP, 1997